ISSN: 2594-6153

Os efeitos da atual Política Monetária sobre os direitos dos cidadãos no Brasil

Vandré Cabral Bezerra, Amélia Cohn

Universidade Santa Cecília - UNISANTA, Santos-SP, Brasil.
Email: vandrecb@gmail.com

Resumo: Este artigo busca analisar os direitos dos cidadãos no Brasil, em especial o direito à saúde, a partir dos impactos da atual Política Monetária do país, adotada pelo Banco Central. Esta política é responsável por gerenciar taxa de juros, moeda e inflação, além de influenciar importantes variáveis macroeconômicas como emprego, renda e crescimento. Portanto, a vida dos cidadãos e seus direitos são diretamente impactados por ela. A metodologia da pesquisa caracteriza-se pela busca de material bibliográfico, de caráter exploratório, com uma revisão bibliográfica de obras relacionadas ao tema, envolvendo apreciações qualitativas dos textos selecionados, a fim de embasar os argumentos desenvolvidos no artigo, oferecendo aos leitores um direcionamento para indagações acerca do tema escolhido.

Palavras-chave: Política Monetária, direito à saúde, Banco Central, SUS, inflação, economia.

The Effects of the Current Monetary Policy on citizen's rights in Brazil

Abstract: This article researches the rights of citizens in Brazil, especially the right to health, from the effects of the country's current Monetary Policy, adopted by the Central Bank. This policy is responsible for managing interest rates, currency, and inflation, in addition to influencing important macroeconomic variables such as employment, income and growth. Therefore, the lives of citizens and their rights are directly impacted by it. The research methodology is characterized by the search for bibliographic material, of an exploratory nature, with a bibliographic review of works related to the theme, involving qualitative assessments of the selected texts, to support the arguments developed in the article, offering readers a direction to questions about the chosen theme.

Keywords: Monetary Policy, right to health, Central Bank, SUS, inflation, economy.

Introdução

A intervenção do Estado na economia deveria corrigir assimetrias de mercado, gerar o desenvolvimento econômico através da maximização da utilidade coletiva e melhorar a distribuição de renda, promovendo maior justiça social. Todavia, observa-se que tal esforço é insuficiente, pois existem muitas assimetrias e influências político-corporativas sobre as decisões governamentais. A pandemia da Covid-19 atingiu a economia brasileira em março de 2020 sem que esta tivesse se reerguido da recessão econômica de 2015-2016. Segundo Feijó *et. alii* [1], o cenário de estagnação do Produto Interno Bruto (PIB) e acentuado desemprego contempla também políticas de austeridade fiscal praticadas desde 2015. Em relação à política monetária, a queda da taxa básica de juros (SELIC), iniciada em outubro de 2016 pelo Bacen, foi interrompida em março de 2021, diante de um índice oficial de inflação (IPCA) atingindo

ISSN: 2594-6153

6,10% em 12 meses [2], percentual este superior ao teto da meta de inflação estipulada pelo Conselho Monetário Nacional (CMN) para 2021 [3], que era de 3,75% com intervalo de tolerância de 1,50% para cima e para baixo (2,25% a 5,25%).

Em março de 2020, os preços internacionais foram fortemente impactados pela pandemia, promovendo também acentuada valorização do dólar frente ao real. O aumento do IPCA em 2021 teve como uma das origens a inflação de custos, que ocorre quando os custos de produção de bens e serviços se elevam e os produtores transferem essa elevação para os consumidores via preço. O Bacen, representado pelo Comitê de Política Monetária (COPOM), buscou neutralizar os efeitos do choque na taxa de inflação através da elevação da taxa SELIC.

No entanto, há um problema quando se usa a taxa SELIC para combater uma alta da inflação de custos, que surge através da criação de elevados níveis de taxa de juros real numa economia financeirizada. Se, por um lado, produz um cenário benéfico àqueles que vivem da rentabilidade de seus investimentos ("rentistas"), por outro mantém a economia com baixas taxas de investimento e de crescimento, resultando na redução da matriz produtiva, na estagnação da produtividade e no enfraquecimento das políticas sociais de caráter universal.

Objetivo

O estudo tem como objetivo principal identificar e analisar de que forma a Política Monetária neoliberal do Banco Central do Brasil afeta a garantia dos direitos fundamentais pelos cidadãos, em especial o direito à saúde.

Material e Métodos

A metodologia da pesquisa caracteriza-se pela busca de material bibliográfico, iniciada em 08/2022, de caráter exploratório, com uma revisão bibliográfica, envolvendo apreciações qualitativas dos textos selecionados. Para este trabalho foram feitos dois levantamentos (procedimentos de coleta e seleção) através de três sítios de pesquisa selecionados: Google Acadêmico (https://scholar.google.com.br/?hl=pt), Scielo Brasil (https://www.scielo.br/), Banco Digital de Teses e Dissertações (https://bdtd.ibict.br/vufind/), analisando fontes teóricas sobre os conceitos escolhidos. Por meio destes resultados, foi realizada a leitura dos resumos das obras e os critérios de inclusão foram os estudos que tinham relação com os conceitos e objetivos deste artigo e que foram publicados nos últimos 10 anos (2012-2022).

ISSN: 2594-6153

Discussão

A inflação é definida pelo aumento geral dos preços de bens e serviços, com a consequente perda do poder aquisitivo da população. Geralmente, existem dois tipos de inflação: aquela causada pelo excesso de demanda e aquela causada pelo aumento de custos. O primeiro tipo de inflação acontece quando a demanda por bens e serviços aumenta além da capacidade de produção da economia, fazendo com que os empresários aumentem seus preços sem perder clientes. Já o segundo tipo acontece quando os custos de produção de bens e serviços se elevam, fazendo com que ofertante transfira esse aumento para o demandante via preço.

O conflito distributivo aborda a causa da inflação através da disputa entre trabalhadores e capitalistas pela distribuição da renda nacional. Essa causa pode ser analisada tanto como um fenômeno de demanda, já que maiores salários aumentam a busca por bens e serviços, quanto como um fenômeno de custos, já que os salários são considerados custos de produção. Economistas ortodoxos, geralmente tidos como mais à direita no espectro do pensamento político, enxergam a inflação como um fenômeno monetário relacionado à demanda, embora podendo existir temporariamente inflação advinda de aumento de custos. Já os economistas heterodoxos, geralmente tidos como mais à esquerda, enxergam a inflação principalmente como um fenômeno de custos e de conflito distributivo.

Como soluções para seu combate, a redução da inflação de demanda assinala para a alta dos juros e para a redução do gasto público, respectivamente, já que é necessário diminuir a demanda por bens e serviços. Por outro lado, o controle da inflação de custos utiliza diferentes ferramentas, de acordo com a causa da inflação, a saber: 1 - Desvalorização do real: combate através de políticas de redução da especulação cambial, de acúmulo de reservas internacionais e de diminuição da vulnerabilidade a choques externos; 2 - Aumento do preço de setores-chave da economia (exemplo: eletricidade, alimentos, combustíveis, etc.): requer políticas de preços e planejamento de longo prazo, para manter tais preços em patamares baixos.

A alta dos preços afeta os padrões de uma vida digna e a garantia de direitos fundamentais. Por exemplo, a inflação dos alimentos interfere no direito à alimentação e nutrição adequada e saudável. A inflação de serviços e de bens impede o acesso a direitos quando, por exemplo, o aumento do preço do combustível e, logo, das passagens dos transportes públicos, impedem uma família de se locomover até um posto de saúde. Por sua vez, a inflação de preços de imóveis e de aluguéis compromete o direito à moradia e o acesso à terra. Os direitos já consagrados estão sendo transformados em mercadorias e seu acesso sendo intermediado

ISSN: 2594-6153

pelo mercado financeiro, através da concessão de crédito e pagamento de juros pelas famílias, que necessitam destes recursos para garantirem, até mesmo, as suas necessidades básicas.

Ela também pode prejudicar as políticas sociais do governo voltadas à garantia de direitos, se essas não forem protegidas da inflação. Logo, para assegurar que a inflação não interfira na preservação de direitos, é necessário controlar a inflação dos bens e serviços que mais afetam a maioria dos cidadãos, além de garantir que as políticas sociais e os salários sejam corrigidos anualmente, no mínimo, pelo índice de inflação vigente.

Resultados

A política monetária é uma política macroeconômica do governo federal que administra a moeda e as taxas de juros. Aqui no país ela tem como principal objetivo a estabilidade e controle da inflação. É operada pelo Banco Central (Bacen), que tem como principal instrumento de política monetária o controle da taxa básica de juros Selic. Logo, quando o Bacen altera a política monetária, aumentando ou diminuindo a taxa Selic, ele também afeta todas as taxas de juros da economia. A taxa de juros influencia a inflação, a renda e o crédito, afetando indiretamente os direitos. Mesmo tendo a inflação diversas causas, e por isso diversas soluções possíveis, desde o fim dos anos 1990, com a implementação do regime de metas, o instrumento quase sempre utilizado para controle da inflação é o aumento da taxa dos juros.

O Bacen crê que a inflação vem do excesso de demanda, causado por excesso de dinheiro em circulação na economia. Partindo desse pressuposto, ele escolhe combater a inflação através da elevação dos juros, na tentativa de reduzir a demanda por bens e serviços, pressionando preços para baixo. Como a inflação no Brasil é geralmente de custos, esta estratégia para combatê-la não garante o seu controle. A inflação de uma economia que possui desemprego, como a brasileira, geralmente não é a de demanda. O combate à inflação quando realizado por meio de uma política que aumenta o desemprego e diminui o consumo, também atua contra a garantia de direitos e redução de desigualdades.

O IPCA fechou o ano de 2021 em 10,06%, mas as causas dessa inflação não justificam o grande aumento dos juros. Um dos grandes vilões da inflação de 2021 foi o preço de combustíveis, que cresceu 47,5% [4], aumentando o custo do transporte e de diversas mercadorias, já que o diesel também compõe o preço dos fretes, além da inflação de alimentos e bebidas ter registrado de 8% [5] em 2021. Assim, durante a pandemia da Covid-19, o nexo do combate à inflação foi o do uso somente dos juros para uma inflação de múltiplas causas. O

ISSN: 2594-6153

aumento de juros é benéfico ao setor financeiro, porém representa uma trava na importante recuperação econômica em um cenário de crise econômica e social.

Os impactos da política monetária nos direitos dos cidadãos geralmente acontecem de forma indireta, entretanto eles são cruciais para a garantia desses direitos. A política monetária difere da política fiscal, a qual busca influenciar tais direitos de forma direta, por meio das transferências de renda e prestação de serviços públicos, garantindo assim maior acesso aos serviços de saúde da população, por exemplo. Logo, fica mais estreita a relação indireta entre política monetária e os direitos dos cidadãos, já que todos precisam de renda para acessarem a satisfação de suas necessidades básicas, cada vez mais mercantilizadas, pois o Estado não aparece como provedor de políticas sociais de garantia de direitos. O poder aquisitivo se traduz em poder de acesso aos direitos dos cidadãos, devendo qualquer política monetária levar em conta esses possíveis efeitos.

Considerações Finais

Este artigo demonstra que a política monetária atual se revela como um instrumento tipicamente neoliberal, difundido globalmente desde o final do século XX, resultando no enfraquecimento das políticas sociais de caráter universal, e que geram graves efeitos para a sociedade. Ela tem impactos distributivos enormes, afetando as desigualdades sociais e os direitos fundamentais. Diante do exposto, entende-se que a finalidade da política monetária deveria ser revisada, pois não deveria se restringir somente à estabilidade e ao controle da inflação, já que o combate à inflação não é um fim em si, mas um meio de garantir direitos fundamentais e bem-estar social dos cidadãos. Logo, os direitos fundamentais deveriam ser contemplados enquanto finalidade da política monetária, sobretudo em momentos de crise.

Referências

1. Feijó, C. Araújo, E.C.; Bresser-Pereira, L.C. Política monetária no Brasil em tempos de pandemia. Revista de Economia Política, 2022, vol. 42, nº 1, pp 150-171.
2. BRASIL. Banco Central do Brasil (Bacen). Calculadora do Cidadão. Disponível em: https://www3.bcb.gov.br/CALCIDADAO/publico/exibirFormCorrecaoValores.do?method=exibirFormCorrecaoValores. Acesso em 28/08/2022.
3. BRASIL. Resolução nº 4.671, de 26 de junho de 2018: Fixa a meta para a inflação e seu intervalo de tolerância para o ano de 2021. Disponível em: https://www.in.gov.br/materia/-

ISSN: 2594-6153

/asset_publisher/Kujrw0TZC2Mb/content/id/27566692/do1-2018-06-28-resolucao-n-4-671-de-26-de-junho-de-2018-27566688. Acesso em: 28/08/2022.

4. AGÊNCIA BRASIL. Gasolina sobe 47,49% e gás de botijão, 36,99% em 2021, diz IBGE. Disponível em: https://agenciabrasil.ebc.com.br/economia/noticia/2022-01/gasolina-sobe-4749-e-gas-de-botijao-3699-em-2021-diz-ibge. Acesso em 09/10/2022.
5. BRASIL. Ministério da Economia. Disponível em: https://www.gov.br/fazenda/pt-br/centrais-de-conteudos/publicacoes/conjuntura-economica/agricola/2022/2021-01-11-ipca_dezembro_alimentos.pdf. Acesso em 09/10/2022.